

Gonzaga Energia Renovável S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e
relatório dos auditores independentes

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	7
NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
1 CONTEXTO OPERACIONAL	8
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	9
4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	17
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
6 FUNDOS VINCULADOS	17
7 IMPOSTOS A RECUPERAR	18
8 IMOBILIZADO	18
9 DIREITO DE USO	19
10 FORNECEDORES	20
11 FINANCIAMENTOS	20
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	22
13 ARRENDAMENTO A PAGAR	22
14 PARTES RELACIONADAS	23
15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
16 RECEITA LIQUIDA	24
17 CUSTOS OPERACIONAIS	25
18 DESPESAS OPERACIONAIS	25
19 RESULTADO FINANCEIRO	25
20 TRIBUTOS DIFERIDOS	25
21 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	26
22 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	26
23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	29



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Gonzaga Energia Renovável S.A.

Rio de Janeiro RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gonzaga Energia Renovável S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Gonzaga Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do arrendamento mercantil

Veja as Notas 3 (g), 9 e 13 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito nas notas explicativas 3(g), 9 e 13 a Companhia mantém compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamento operacional que se enquadram no escopo do pronunciamento contábil CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil. Esse pronunciamento requer aspectos contábeis para a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, especialmente com relação à determinação das taxas de desconto dos contratos de arrendamento, que impactam diretamente na mensuração do registro do direito de uso de um ativo, assim como do passivo de arrendamento.</p> <p>Na referida mensuração, a Companhia utilizou como principal premissa a taxa livre de risco e como principal julgamento a definição do risco de crédito que se aplica ao ativo que está relacionado ao arrendamento.</p> <p>Devido à complexidade e julgamentos envolvidos na determinação das taxas de desconto incremental do arrendatário e relevância dos impactos dessa taxa na mensuração do passivo de arrendamento, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) Avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Administração para contabilização do arrendamento a pagar;(b) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade da taxa de desconto e a aderência do risco de crédito utilizado à benchmarks observáveis aplicáveis ao mesmo mercado de atuação da Companhia;(c) Avaliamos as análises gerenciais de cálculo do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso; e(d) Avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras; <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os montantes de passivo de arrendamento e ativo de direito de uso reconhecidos no balanço patrimonial e no resultado do exercício, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 09 de abril de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

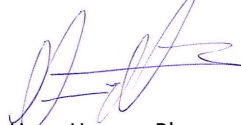
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Hugo Hermes Blezer

Contador CRC RJ-109093/O-5

Balço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	161	8.968	Fornecedores	10	60	8
Fundos vinculados	6	60	6.560	Financiamentos	11	2.510	695
Impostos e contribuições a recuperar	7	116	9	Impostos a recolher	12	19	119
Outros créditos		<u>-</u>	<u>1</u>	Arrendamentos a pagar	13	26	23
				Partes Relacionadas	14	<u>315</u>	<u>-</u>
Total do ativo circulante		<u>337</u>	<u>15.538</u>	Total do passivo circulante		<u>2.930</u>	<u>845</u>
Imobilizado	8	20.249	4.679	Financiamentos	11	13.733	15.413
Direito de uso	9	<u>1.610</u>	<u>1.607</u>	Arrendamentos a pagar	13	1.661	1.617
				Tributos diferidos	20	792	91
				Partes Relacionadas	14	<u>300</u>	<u>-</u>
Total do ativo não circulante		<u>21.859</u>	<u>6.286</u>	Total do passivo não circulante		<u>16.486</u>	<u>17.121</u>
				Patrimônio Líquido	15		
				Capital social		4.000	4.000
				Prejuízos acumulados		<u>(1.220)</u>	<u>(142)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>2.780</u>	<u>3.858</u>
Total do ativo		<u>22.196</u>	<u>21.824</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>22.196</u>	<u>21.824</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	16	383	-
Custos Operacionais	17	<u>(79)</u>	<u>-</u>
Resultado bruto		<u>304</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais	18	<u>(530)</u>	<u>(50)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(226)</u>	<u>(50)</u>
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		-	-
Despesas financeiras		<u>(151)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(151)</u>	<u>-</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(377)</u>	<u>(50)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferida	20	<u>(701)</u>	<u>(91)</u>
Resultado do exercício		<u><u>(1.078)</u></u>	<u><u>(141)</u></u>
Quantidade de ações do capital social no fim do exercício		<u>4.000</u>	<u>4.000</u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas da companhia durante o período – em R\$			
Prejuízo básico por ação		<u>(0,27)</u>	<u>(0,04)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	(1.078)	(141)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(1.078)</u></u>	<u><u>(141)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros		Total
	Capital Social	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10	(1)	9
Aumento de capital social	3.990	-	3.990
Resultado do exercício	-	(141)	(141)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.000	(142)	3.858
Resultado do exercício	-	(1.078)	(1.078)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.000	(1.220)	2.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(377)</u>	<u>(50)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	140	25
Juros sobre arrendamentos	126	49
Encargos financeiros CRI	<u>2.297</u>	<u>-</u>
	<u>2.186</u>	<u>24</u>
Variações em :		
Impostos a recuperar	(107)	(9)
Outros créditos	1	(1)
Fornecedores	52	8
Obrigações tributárias	(100)	119
Outros passivos	<u>615</u>	<u>-</u>
Caixa gerado pelas operações	<u>2.647</u>	<u>141</u>
Juros pagos dos certificados de recebíveis imobiliários	(1.628)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>1.019</u>	<u>141</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos vinculados	6.500	(6.560)
Aquisições de ativo imobilizado	<u>(15.643)</u>	<u>(4.513)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(9.143)</u>	<u>(11.073)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Obtenção de empréstimos	-	16.187
Aumento de capital social	-	3.990
Pagamento de arrendamentos	(149)	(41)
Pagamento principal CRI	<u>(534)</u>	<u>(245)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(683)</u>	<u>19.891</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(8.807)	8.959
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.968	9
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>161</u>	<u>8.968</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes no exercício	<u>(8.807)</u>	<u>8.959</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Gonzaga Energia Renovável S.A. (“Companhia” ou “Gonzaga”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 21 de julho de 2022, sediada na Praia de Botafogo, 228, 9º andar, sala 911, parte, Bairro Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Atua na locação e operação de usinas solares de minigeração distribuída, na modalidade de geração compartilhada. A companhia possui duas usinas fotovoltaicas (UFVs) construídas - UFVs Rio Claro e Sapucaia. As usinas possuem áreas de 4,15 e 2 hectares, com potência pico de 3,55 MWp (2,5 MWac) e 1,31 MWp (1 MWac), respectivamente.

A Companhia é controlada pela Genial Energia Renovável S.A., holding que agrupa Sociedades de Propósitos Específicos – SPEs de Usinas Fotovoltaicas, que se encontram em diferentes estágios de constituição.

Em 31 de dezembro de 2024, as UFVs Rio Claro e Sapucaia encontram-se plenamente operacionais.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), todos os valores apresentados nessas Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, uma vez que a Administração tem expectativa quanto à manutenção de suas atividades e à disponibilização pelos acionistas de recursos financeiros necessários para a

continuidade de suas operações em futuro razoavelmente projetável. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 24 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial:*

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos Financeiros – classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos

os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

d. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, fundos vinculados, contas a receber e outros créditos).

A Companhia mensura a provisão para perda em um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Com relação ao caixa e equivalente de caixa e as aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

(ii) Ativos não financeiros

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

e. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

g. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia avalia que os contratos com prazo inferior a doze meses e os contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não contém um arrendamento.

Como arrendatário:

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de incremental definida da Companhia.

Como arrendador:

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Diante disso, o Grupo classificou seus contratos de arrendamentos como operacional.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como receita operacional.

h. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

i. Reconhecimento de receitas

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplica o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento quando aplicado. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia celebrou contratos de arrendamento operacionais na qualidade de arrendador de acordo com a definição do pronunciamento técnico CPC 06 (R2), referente a operação de usinas solares de minigeração distribuída. O prazo desse contrato de arrendamento operacional é de 147 meses para a locação de equipamentos e 144 meses para o BTS.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômico-futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l. Mudanças nas principais políticas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

(a) Outras Normas:

- IAS 21 - Falta de conversibilidade
- IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.
- IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza.
- IFRS 09 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas

A Companhia avaliou os impactos dessas alterações na preparação de suas demonstrações financeiras para exercícios 2024 e não identificou nenhum impacto.

(b) IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

- O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa no 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

- a) Vida útil do ativo imobilizado
- b) Taxa incremental dos contratos de arrendamento

A Administração da Companhia realiza anualmente a revisão da vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado e intangível.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Contas Bancárias à Vista	11	10
Aplicações financeiras	<u>150</u>	<u>8.958</u>
	<u>161</u>	<u>8.968</u>

Em 31 de dezembro de 2024 as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remuneradas a taxas de 99% e (99% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário CDIs, prontamente resgatáveis sem mudança significativa de valor.

6 Fundos vinculados

Os valores alocados em fundos vinculados foram estabelecidos no contrato firmado no âmbito do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários com a Opea Securitizadora S.A. em 2024. Esses valores estão listados abaixo, em conta destinada para este fim:

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de despesas/obras	60	6.560
	60	6.560

Fundo de Despesas/Obras: recursos correspondentes ao Capex a ser realizado nos projetos, com previsão de liberação mensal de acordo com a evolução físico e financeira dos projetos, e pagamento das despesas recorrentes relacionadas aos financiamentos ao longo de todo o prazo de vigência.

7 Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a recuperar	109	9
PIS	7	-
	116	9

8 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Máquinas e equipamentos - Imobilizado em serviço	Imobilizado em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Adições	-	4.679	4.679
Em 31 de dezembro de 2023	-	4.679	4.679
Adições	-	15.643	15.643
Transferências	19.342	(19.342)	-
Depreciação	(73)	-	(73)
Em 31 de dezembro de 2024	19.269	980	20.249
Taxa de depreciação - % a.a.	4,00%		
Em 31 de dezembro de 2024			
Custo	19.342	980	20.322
Depreciação acumulada	(73)	-	(73)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	19.269	980	20.249

De acordo com as normas contábeis vigentes a Companhia foram capitalizados os custos de empréstimos que são atribuíveis diretamente à aquisição e construção dos ativos, correspondentes aos encargos financeiros vinculados aos certificados de recebíveis imobiliários, deduzidos dos rendimentos de aplicações de investimentos temporários realizados pelos fundos vinculados.

Os itens do imobilizado possuem taxa de depreciação de 4% ao ano, o que reflete uma vida útil esperada de 25 anos para os equipamentos que compõem as Usinas Fotovoltaicas. A exceção está para os Inversores Solares, cuja taxa de depreciação do equipamento foi definida em 10% ao ano, uma vida útil esperada de 10 anos. A vida útil do sistema toma como base o uso esperado, durabilidade e obsolescência dos principais equipamentos, observando o datasheet dos fornecedores e em conformidade às orientações do CPC27.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2024, a administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização.

9 Ativo de direito de uso

A Companhia atua como arrendatária em contrato de locação de terreno a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

	31/12/2024	31/12/2023
Direito de Uso - Terrenos	<u>1.610</u>	<u>1.607</u>
	<u>1.610</u>	<u>1.607</u>

Abaixo apresentamos a movimentação do direito de uso:

	Direito de Uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições	1.632	1.632
Amortização	<u>(25)</u>	<u>(25)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.607</u>	<u>1.607</u>
Adições	70	70
Amortização	<u>(67)</u>	<u>(67)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1.610</u>	<u>1.610</u>

O montante de R\$ 1.632 corresponde ao custo de arrendamento dos terrenos onde estão instaladas a Usina Fotovoltaica. O prazo estabelecido em contrato para utilização da área arrendada é de 25 anos. De acordo com o CPC 06 (R1), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial conforme nota explicativa 14.

10 Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e Serviços	<u>60</u>	<u>8</u>
	<u>60</u>	<u>8</u>

O montante de fornecedores a pagar decorre da aquisição de insumos e serviços para operação e manutenção da usina.

11 Financiamentos

Em 18 de outubro de 2023, foi realizada a securitização de direitos creditórios imobiliários para emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da 208ª emissão, em série única, da Opea Securitizadora S.A. A Gonzaga Energia Renovável S.A. foi uma das cedentes da operação, no montante de R\$ 16.000. A emissão tem vencimento em 26 de dezembro de 2036 e taxa remuneratória de juros de IPCA + 10,5% a.a. A primeira amortização ocorreu em novembro de 2023.

Movimentação do exercício	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Captação de financiamentos	-	16.187	16.187
Transferência principal para circulante	695	(695)	-
Juros incorridos	-	166	166
Amortização principal	-	(75)	(75)
Amortização juros	-	(170)	(170)
Em 31 de dezembro de 2023	695	15.413	16.108
Transferência principal para circulante	1.815	(1.815)	-
Juros incorridos	-	2.297	2.297
Amortização principal	-	(534)	(534)
Amortização juros	-	(1.628)	(1.628)
Em 31 de dezembro de 2024	2.510	13.733	16.243

Garantias

(i) Alienação Fiduciária das Ações; (ii) Alienação Fiduciária dos Equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e (iv) Cessão Fiduciária da Conta Vinculada; (v) Fiança cruzada entre Cedentes.

Covenant

Manutenção de Índice de Cobertura sobre os Serviços da Dívida (“ICSD”) superior a 1,25x. Esse índice é calculado com base no EBITDA, deduzidos o Imposto de Renda e a Contribuição Social, e dividido pelo total das amortizações e juros pagos no período. A aferição ocorre semestralmente, considerando os resultados dos últimos 12 (doze) meses.

A seguir são apresentadas as estimativas dos vencimentos das amortizações de principal e juros:

Ano	Amortizações
2025	2.510
2026	1.336
2027	1.336
2028	1.336
2029	1.336
2030 a 2036	8.389
Total	16.243

12 Obrigações tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição Social	(2)	-
PIS	-	1
COFINS	1	4
Tributos Municipais Retidos na Fonte	7	56
Tributos Municipais Retidos na Fonte	2	58
Outros	11	-
	<u>19</u>	<u>119</u>

13 Arrendamento a pagar

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contratos vigentes de arrendamento de direito de uso de terrenos que são utilizados para implantação das Usinas de Geração de Energia Fotovoltaica. Esses contratos de locação, preveem pagamentos de aluguel fixo e mensal e foram enquadrados como passivo de arrendamento conforme CPC 06 (R2). Os valores dos contratos são reajustados anualmente de acordo com a variação do índice IPCA e possui vigência de 25 anos.

A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, descontados a uma taxa incremental de juros. A Administração da Companhia definiu que a taxa incremental de 8,00% a.a, a ser considerada para desconto desses contratos é a taxa incremental de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A que considera a participação relativa e o custo de cada fonte de financiamento da Companhia, principalmente capital de terceiros. Este método foi escolhido em razão da estrutura de capital, que contém dívida de longo prazo.

Abaixo apresentamos os saldos em curto e longo prazo:

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Passivo de arrendamento - Terrenos	154	148
(-) Ajuste a valor presente	<u>(128)</u>	<u>(125)</u>
	<u>26</u>	<u>23</u>
Circulante		
Passivo de arrendamento - Terrenos	3.499	3.502
(-) Ajuste a valor presente	<u>(1.838)</u>	<u>(1.885)</u>
	<u>1.661</u>	<u>1.617</u>
Total	<u>1.687</u>	<u>1.640</u>

Abaixo apresentamos a movimentação do arrendamento a pagar:

Movimentação	Arrendamento
Em 31 de dezembro de 2022	<u><u>-</u></u>
Adições	1.632
Arrendamentos pagos	(41)
Juros incorridos AVP	<u>49</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u><u>1.640</u></u>
Adições	70
Arrendamentos pagos	(149)
Juros incorridos AVP	<u>126</u>
Em 31 de dezembro de 2024	<u><u>1.687</u></u>

14 Partes relacionadas

O saldo de R\$ 315 se refere ao rateio de despesas que ocorre entre a Controladora e SPEs do grupo.

Os custos compartilhados compreendem, no que tange à locação do imóvel, todos os custos relativos: (i) ao valor do aluguel; (ii) ao valor das cotas condominiais pagas à administradora do edifício comercial; (iii) aos valores de Imposto Territorial e Predial Urbano (“IPTU”) devidos pelo Imóvel, bem como demais taxas a ele pertinentes; (iv) aos custos com seguro patrimonial dos projetos; (v) aos custos mensais de energia elétrica; e (vi) custos mensais de depreciação de obras efetuadas no Imóvel; e no que tange aos custos com funcionários e diretoria, todos os custos relativos: (i) aos salários e 13ª (décimo terceiro); (ii) FGTS e INSS; (iii) Programa de participação dos lucros e resultado para os empregados; (iv) bonificação e honorários para a diretoria; (v) assistência médica, odontológica, vale transporte, medicina do trabalho e vale refeição e alimentação.

O montante de R\$ 300 alocado no passivo não circulante se trata de AFAC registrado em 2024.

	31/12/2024
Genial Energia Renovável S.A	<u>615</u>
	<u><u>615</u></u>
Passivo Circulante	315
Passivo Não Circulante	300

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

	31/12/2024	31/12/2023
Genial Energia Renovável S.A	<u>4.000</u>	<u>4.000</u>
Total	<u>4.000</u>	<u>4.000</u>

O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 4.000 (R\$ 4.000 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 4.000.000 (quatro milhões) cotas no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalmente detidas pela acionista Genial Energia Renovável S.A.

15.2 Reserva de lucros

Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Retenção

A reserva de retenção de lucros é formada pelo saldo remanescente após a constituição de reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios conforme previsto em estatuto.

15.3 Dividendos

Aos acionistas será assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido anual ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

16 Receita líquida

A receita operacional líquida é composta pela locação e operação de usinas solares de minigeração distribuída, na modalidade de geração compartilhada., como segue:

	31/12/2024
Receita operacional bruta	
Arrendamentos e alugueis	30
Arrendamentos e alugueis - BTS	<u>355</u>
Total receita bruta	<u>385</u>
Deduções	
(-) COFINS	<u>(2)</u>
Total deduções	<u>(2)</u>
Total receita líquida	<u>383</u>

17 Custos operacionais

	31/12/2024
Depreciação	(73)
Amortização	<u>(6)</u>
	<u>(79)</u>

18 Despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(148)	-
Administradores	(140)	-
Serviços de Terceiros	(144)	(50)
Arrendamentos e Aluguéis	(25)	-
Seguros	(55)	-
Tributos	(13)	-
Gastos Diversos	<u>(5)</u>	<u>-</u>
	<u>(530)</u>	<u>(50)</u>

19 Resultado financeiro

	31/12/2024
Despesas financeiras	
Juros CRI	(110)
Multa e juros	(30)
AVP- Contratos de Arrendamento	<u>(11)</u>
Total despesas financeiras	<u>(151)</u>
	<u>(151)</u>

20 Tributos diferidos

O saldo é composto por diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos Cálculos	Passivo Não Circulante		
	Base de Cálculo	31/12/2024	31/12/2023
Diferenças Temporárias			
Despesas/Receitas Capitalizadas - Financiamentos	2.335	794	91
Total Diferenças Temporárias	2.335	794	91

Despesas/receitas capitalizadas compreendem amortização e atualização dos contratos de arrendamento, encargos de dívida, despesas e rendimentos financeiros oriundos da captação de empréstimos.

21 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui ações trabalhistas, tributárias e cíveis classificadas como possíveis, prováveis ou remotas.

22 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos.

22.1 Fatores de risco

22.1.1 Risco de mercado

- (i) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e os contratos de certificados de recebíveis imobiliários, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras (nota 5)	150	8.958
Fundos vinculados (nota 6)	60	6.560
Financiamentos (nota 11)	16.243	16.108
Arrendamento a pagar (nota 13)	1.640	1.640

(ii) *Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras e Certificados de Recebíveis Imobiliários sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2025 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 27 de dezembro de 2024) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2025. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2024.

	Exposição R\$	Risco	%	Provável	Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)
Aplicações financeiras (nota 5)	150	Baixa CDI	14,81%	22	17	11
Fundos vinculados (nota 6)	60	Baixa CDI	14,81%	9	11	13
Financiamentos (nota 11)	16.243	Alta IPCA	4,40%	715	893	1.072
Arrendamento a pagar (nota 13)	1.640	Alta IGPM	4,87%	80	100	120

22.1.2 Risco de crédito

A Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas ou com terceiros. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações financeiras foi:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	161	8.968
Fundos vinculados (nota 6)	60	6.560
	221	15.528

A Companhia não possui risco de crédito por tipo de contraparte e as aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

22.1.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o

máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (nota 10)	60	60	-	-	-	-
Financiamentos (nota 11)	16.243	668	668	1.336	4.007	9.565
Arrendamento a pagar (nota 13)	<u>1.640</u>	<u>77</u>	<u>77</u>	<u>154</u>	<u>462</u>	<u>870</u>
	<u>17.943</u>	<u>805</u>	<u>745</u>	<u>1.490</u>	<u>4.469</u>	<u>10.435</u>

22.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

A Companhia monitora o capital com base no índice de estrutura de capital. Esse índice corresponde à dívida bruta expressa como percentual do capital total. A dívida bruta, por sua vez, corresponde ao saldo total devedor dos certificados de recebíveis imobiliários e/ou obrigações contraídas no mercado financeiro e de capitais. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida bruta.

A seguir o índice de estrutura de capital em 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2024	31/12/2023
Total de financiamentos (nota 11)	16.243	16.108
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>(161)</u>	<u>(8.968)</u>
Dívida líquida (A)	<u>16.082</u>	<u>7.140</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.778</u>	<u>3.858</u>
Total do capital (B)	<u><u>18.860</u></u>	<u><u>10.998</u></u>
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	85%	65%

23 Instrumentos financeiros por categoria

23.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	31/12/2024			31/12/2023		
		Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia
Ativos financeiros mensurados a valor justo							
Valor justo por meio do resultado:							
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	5	150	150	Nível 2	8.958	8.958	Nível 2
		<u>150</u>	<u>150</u>		<u>8.958</u>	<u>8.958</u>	
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	5	11	11	Nível 2	10	10	Nível 2
Fundos vinculados	6	60	60	Nível 2	6.560	6.560	Nível 2
		<u>71</u>	<u>71</u>		<u>6.570</u>	<u>6.570</u>	
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Custo amortizado							
Outros Passivos Financeiros							
Fornecedores	10	60	60	Nível 2	8	8	Nível 2
Empréstimos e financiamentos	11	16.243	16.243	Nível 2	16.108	16.108	Nível 2
Arrendamento a pagar	13	1.687	1.687	Nível 2	1.640	1.640	Nível 2
Partes relacionadas	14	615	615	Nível 2	-	-	Nível 2
		<u>18.605</u>	<u>18.605</u>		<u>17.756</u>	<u>17.756</u>	

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.